

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.031 - SP  
(2019/0128228-7)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**AGRAVANTE : INSTITUTO DE CIDADANIA E POLITICAS PUBLICAS**  
**ADVOGADO : VICENTE FIUZA FILHO - SP103106**  
**AGRAVADO : MUNICÍPIO DE SOROCABA**  
**PROCURADOR : SAMUEL GONÇALVES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
SP421853**  
**AGRAVADO : EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL DE  
SOROCABA**  
**ADVOGADO : LUCIANA MARTE DOS SANTOS - SP129996**

### **DECISÃO**

Trata-se de Agravo Interno interposto contra decisão monocrática (fls. 369-371, e-STJ) proferida pela Presidência do STJ, que conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial sob os seguintes fundamentos:

Incide o óbice da Súmula n. 5 do STJ (“A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda reexame de cláusulas contratuais.

Nesse sentido: “E mesmo se superado tal obstáculo, constata-se que a controvérsia foi dirimida pelo Tribunal a quo com base na análise e interpretação de cláusulas contratuais, fato esse que impede o exame da questão por esta Corte, em face da vedação prevista na Súmula n. 5/STJ” (AgInt no AREsp n. 1.298.442/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 14/12/2018).

A parte agravante, repisando as razões expostas no Agravo em Recurso Especial, afirma (fls. 378-379, e-STJ):

Em nenhum momento há no recurso especial revolvimento de matéria fática ou mesmo questões que demandem reexame de cláusulas contratuais, mas sim demonstração de negativa de vigência à dispositivos de lei federal.

O recurso especial encontra-se em condições de conhecimento, e quiçá provimento, vez que inaplicável no caso o óbice da Súmula 5 dessa E. Corte.

Impugnação às fls. 397-401, e-STJ.  
É o **relatório**.

**Decido**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 24.9.2019.

Verifico que o agravante, às fls. 301-323, e-STJ, apresentou suas razões com relação à não incidência da Súmula 5/STJ, alegando, em síntese, que "não há no recurso revolvimento de matéria fática probatória, mas sim demonstração do direito violado." (fl. 304, e-STJ)

Diante do exposto, **reconsidero a decisão monocrática de fls. 369-371, e-STJ.**

No mais, para melhor exame da matéria, dou provimento ao Agravo e determino sua conversão em Recurso Especial, sem prejuízo de exame posterior mais profundo da admissibilidade.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator